

Sustentabilidade no setor de papel e celulose: análise das iniciativas voltadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável previstos na Agenda 2030 das Nações Unidas

RESUMO

Este artigo trata da sustentabilidade no setor de papel e celulose do Brasil. O objetivo foi identificar as ações das empresas do setor de papel e celulose voltadas ao propósito de efetivar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) previstos na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A pesquisa é qualitativa, e descritiva. Caracteriza-se também, como bibliográfica e documental. Os resultados indicam que as empresas estudadas vêm adotando ações práticas com o propósito de contribuir para a construção de um mundo mais sustentável. Entretanto, nem todos os ODS mereceram a atenção das empresas estudadas. Os resultados também apontam que as empresas se dedicaram a alcançar a sustentabilidade econômica, social e ambiental, bem como a implementação de boas práticas de governança corporativa.

.Palavras-chave: Sustentabilidade; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; Agenda 2030; Papel e Celulose.

1. Introdução

O Relatório Brundtland (1987, p. 39) afirma que o planeta Terra é um só, mas o mundo não. Todos nós dependemos de uma biosfera sustentando nossas vidas. Cada comunidade, cada país luta pela sobrevivência e prosperidade sem a consideração necessária sobre o seu impacto nos demais. Alguns consomem os recursos naturais a níveis que prejudicaria as gerações futuras. Outros, em quantidade bem maior, consomem muito pouco e vivem em uma realidade de fome, miséria, enfermidades e baixa expectativa de vida.

Neste sentido, Abramovay (2012, p. 5) entende que a maneira como se organiza hoje o uso dos recursos dos quais depende a reprodução social não atende ao propósito de favorecer a ampliação permanente das liberdades substantivas dos seres humanos, apesar da imensa e crescente prosperidade material. Isto porque, a desigualdade na renda é crescente, o uso de energia se expande exponencialmente, nas emissões aumentam e, simultaneamente, cresce a produção dos bens materiais, exaurindo os recursos da natureza e ameaçando o futuro do planeta.

Neste contexto de desigualdades econômicas, sociais e ambientais, Elkington (1997) afirma que a sustentabilidade se constitui como o novo paradigma dos negócios no século XXI. Sustentabilidade deve ter por princípio assegurar que nossas ações atuais não limitem o leque de opções econômicas, sociais e ambientais para as gerações futuras (Elkington, 1997, p.20).

Para Scharf (2004) a aplicação prática do conceito de desenvolvimento sustentável requer, entre outras coisas, mudanças na cultura da empresa, o que demanda tempo e recursos financeiros. Além disso, a empresa sustentável precisa ser transparente e capaz de avaliar o seu desempenho socioambiental.

Para Savitz e Weber (2007), a empresa sustentável é aquela que, além de gerar lucro para os acionistas, protege o meio ambiente e melhora a vida das pessoas com quem mantém interações. Ou seja, “são responsáveis porque acreditam que devam ser responsáveis, não porque outros demandam que sejam” (BARAIBAR-DIEZ; SOTORRIO, 2018, p. 15). De qualquer forma, a sustentabilidade pode contribuir positivamente para os resultados dos negócios (CARROLL; HOY, 1984; TURCSANYI; SISAYE, 2013).

Assim, sustentabilidade e a atuação empresarial estão correlacionadas. Ignorar a sustentabilidade na operação dos negócios pode acarretar uma série de problemas – inclusive

ameaçando a perenidade das atividades da empresa e de sua atuação no mercado (DIAS; MARQUES, 2017).

Segundo Corcelli et al. (2018), o setor de papel e celulose constitui um dos maiores segmentos industriais no consumo de água e energia, bem como no uso e liberação de resíduos químicos e outros resíduos provenientes dos processos de combustão. Neste sentido, Corcelli et al. (2018) entendem que as empresas deste setor podem usar as oportunidades de implementação da sustentabilidade em suas atividades, para se tornarem exemplos de destaque na gestão dos recursos naturais para que estes possam atender as necessidades das gerações presente e futura.

Para De Mendoca e Zhou (2020) as empresas líderes e pioneiras em sustentabilidade ambiental cumprem um papel fundamental para incentivar as demais empresas a investirem em estratégias ambientais. De Mendonca e Zhou (2020) complementam que as empresas líderes têm a capacidade de moldar o seu ambiente institucional, assim, quando as estas adotam estratégias ambientais, induzem o meio institucional a exigir melhores práticas ambientais por parte das demais empresas.

Face ao exposto, resta evidente que as empresas brasileiras estão sendo chamadas a contribuir para a transição do mundo insustentável para o mundo sustentável, ao assumir sua responsabilidade com o desenvolvimento sustentável do país e da sociedade. Todavia, enfrentam muitas dificuldades na efetivação das ações e parcerias voltadas a um mundo mais sustentável.

Preocupada em erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade, a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs, em 2015, a denominada Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. (NAÇÕES UNIDAS, 2015)

O propósito da Agenda 2030 é colocar o mundo em um caminho sustentável, erradicando a pobreza, promovendo a igualdade e poupando as gerações futuras dos efeitos perversos das mudanças do clima. Daí, a necessidade, de um lado, de medidas “ousadas e transformadoras” e, de outro, do comprometimento das pessoas, empresas e governos, com as metas a serem cumpridas até 2030.

As Nações Unidas entendem que as empresas não podem prosperar em um mundo de pobreza, desigualdade, agitação social e estresse ambiental. No que diz respeito ao envolvimento das empresas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), as Nações Unidas disponibilizaram o Blueprint for Business Leadership on the SDGs (BBL), um guia que apresenta sugestões de possíveis ações e orientações de como implementá-los (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

De acordo com o Blueprint for Business Leadership on the SDGs (BBL, s.d.) a liderança empresarial exige assumir compromissos com o desenvolvimento sustentável e traduzi-los em ações e metas que maximizem as contribuições para a execução dos ODS. Para as Nações Unidas (s.d.), as empresas podem aproveitar oportunidades no valor de US\$12 trilhões em economias e receitas até 2030, adotando os ODS.

Diante do exposto, as perguntas norteadoras da pesquisa são: Diante do exposto, as perguntas norteadoras da pesquisa são: **quais as ações das empresas do setor de papel e celulose com o propósito de executar os ODS? Quais os resultados das iniciativas voltadas a implementação dos ODS pelas empresas do setor de papel e celulose?**

Face ao exposto, os objetivos identificar as ações das empresas do setor de papel e celulose voltadas ao propósito de efetivar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) previstos na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), bem como, identificar os programas e projetos voltados à efetivação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) previstos na Agenda 2030 das Nações Unidas e, verificar os resultados das iniciativas voltadas à execução dos ODS pelas empresas brasileiras do setor de papel e celulose.

2. Revisão de literatura

2.1. Desenvolvimento Sustentável

De acordo com Romeiro (2012), o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu na década de 1970 com o nome de ecodesenvolvimento, fruto da discussão acerca dos limites ambientais do crescimento econômico. A primeira Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente realizada em Estocolmo em 1972 foi palco dessa polarização tendente a gerar impasses. Essa conclusão chega num momento de forte crescimento econômico mundial, puxado pela recuperação do pós-guerra (os “Trinta anos gloriosos”) e a ascensão de alguns emergentes como os “Tigres asiáticos” e o Brasil do milagre econômico. Por sua vez, a grande maioria dos países permanecia pobre, com dificuldades de iniciar um processo de crescimento econômico sustentado (ROMEIRO, 2012, p.68).

O termo desenvolvimento sustentável foi formalizado na década de 1980, por meio do Relatório Brundtland, também intitulado como “Nosso Futuro Comum”, publicado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), da Organização das Nações Unidas (ONU). O documento trouxe um entendimento mais consistente sobre o conceito de desenvolvimento sustentável que, posteriormente, passou a ser adotado pelas instituições e conferências internacionais, como a Rio-92.

O conceito ganhou projeção internacional nos anos subsequentes. Tornou-se objeto de estudo de pesquisadores, tema de relatórios e agendas da ONU, projetos empresariais e de índices econômico- estatísticos. De acordo com Schaltegger e Burritt (2005) com a publicação do Relatório Brundtland, em 1987, o desenvolvimento sustentável deixou de ser um conceito do mundo acadêmico e entrou no meio político, na forma de um conjunto de políticas a serem adotadas.

2.2. Agenda 2030

A Agenda 2030 anuncia um conjunto de 17 Objetivos e 169 metas para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado. Estes objetivos e metas devem ser adotados em um contexto de cooperação e compromisso dos líderes mundiais com o desenvolvimento sustentável, de forma que estes instrumentos tragam benefícios e ganhos para os países, para as gerações presentes e futuras. A Agenda 2030 enfatiza que estes instrumentos devem estar de acordo com a soberania de cada Estado sobre suas riquezas, recursos naturais e atividade econômica e conforme seus direitos e obrigações no âmbito do direito internacional (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Os 17 ODS propostos pela ONU são: (1) Erradicação da Pobreza; (2) Fome Zero e Agricultura Sustentável; (3) Saúde e Bem-Estar; (4) Educação de Qualidade; (5) Igualdade de Gênero; (6) Água Potável e Saneamento; (7) Energia Acessível e Limpa; (8) Trabalho Decente e Crescimento Econômico; (9) Indústria, Inovação e Infraestrutura; (10) Redução das Desigualdades; (11) Cidades e Comunidades Sustentáveis; (12) Consumo e Produção Responsáveis; (13) Ação contra a Mudança Global do Clima; (14) Vida na Água; (15) Vida Terrestre; (16) Paz, Justiça e Instituições Eficazes; (17) Parcerias e Meios de Implementação.

Os ODS estabelecem uma visão ambiciosa e transformadora. A ONU, por meio dos ODS, visualiza um mundo livre da pobreza, fome e doenças, com alimentos suficientes, nutritivos e disponíveis para todos. Um mundo livre da violência e do medo, um mundo com acesso à educação de qualidade, com acesso à assistência médica e proteção social, onde a saúde física, mental e o bem-estar social sejam assegurados. Além disso, um mundo no qual os compromissos com os direitos humanos ao acesso à água potável, higiene e saneamento básico estejam presentes. Por fim, a sustentabilidade, segurança e resiliência dos habitats humanos devem ser proporcionados, bem como o acesso universal à energia sustentável (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p.5).

A Agenda 2030 é guiada pelos princípios da Carta das Nações Unidas, com total comprometimento e respeito ao direito internacional. A Agenda 2030 é fundamentada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, nos tratados internacionais de direitos humanos, na Declaração do Milênio, na reunião da cúpula mundial da ONU de 2005, na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento e outros instrumentos (ONU, 2015, p.6).

Para Pătări et al. (2016), os 17 ODS foram propostos para guiar o desenvolvimento sustentável até 2030, sendo muitos deles relacionados aos ecossistemas naturais, indústrias e o conceito de megaforças. A ênfase dos ODS, de acordo com Pătări et al. (2016), está na redução da pobreza e segurança alimentar, mas as questões acerca da segurança e saúde ambiental estão também recebendo atenção cada vez maior.

2.3. Sustentabilidade no mundo dos negócios

A preocupação com o modelo de desenvolvimento e a sustentabilidade tem sido objeto de discussão em todo o mundo desde, pelo menos, os anos 1960. Alguns documentos são referências como: relatório do Clube de Roma: Limites do Crescimento (1968); declaração de Estocolmo (1972); relatório de Brundtland: Nosso Futuro Comum (1987); declaração do Rio (1992); e, agenda 21 (1992).

Neste contexto de reconciliação com o meio ambiente e com as divergências de cunho socio econômicas, as empresas têm sido convocadas a assumir os compromissos com a sustentabilidade e atender as demandas e exigências por melhores práticas socio ambientais. Assim, diversos conceitos acerca da sustentabilidade no âmbito empresarial foram elaborados com o objetivo de ajudar as empresas a assumirem seus compromissos econômicos, sociais e ambientais de forma organizada, planejada e responsável.

O primeiro conceito a ser destacado é o tripé da sustentabilidade, proposto por Elkington (1994). O termo “triple botton line” ou tripé da sustentabilidade fundamenta três dimensões para a gestão empresarial, tendo como foco a sustentabilidade. As dimensões são: econômica, ambiental e social. O conceito pondera sobre a necessidade de as empresas basearem suas decisões estratégicas neste tripé, onde deverão manter a sustentabilidade econômica do seu negócio ao gerenciar empresas lucrativas e geradoras de valor, a sustentabilidade social estimulando atividades ligadas à educação, cultura, lazer, bem estar e justiça social da comunidade onde a empresa está inserida e, ainda, preservar e cuidar do meio ambiente por meio de iniciativas como programas de reciclagem, preservação, dentre outros aspectos (Paz e Kipper, 2015, p.89).

De acordo com Elkington (1997), para que as empresas caminhem rumo à sustentabilidade é necessário a transformação da sua performance para atender às dimensões econômica, social e ambiental, em busca da ecoeficiência, eficiência social, a justiça ambiental.

Neste contexto, a preocupação crescente das pessoas e da sociedade com a sustentabilidade, obrigou as empresas a repensarem os seus modelos de gestão, suas práticas de accountability, transparência e comunicação com os stakeholders.

Por conseguinte, as boas práticas de governança corporativa se tornaram imprescindíveis para que as empresas implementem a sustentabilidade de forma eficiente. A governança corporativa tornou-se essencial para que a sustentabilidade atue como uma mudança estrutural dentro das empresas: nas suas decisões, nas suas políticas, no seu processo de produção, na relação com a sociedade e na sua cultura organizacional. Neste sentido:

“boas práticas de governança são reflexo do fortalecimento das comunidades e da sabedoria ecológica, a ausência de tais práticas é caracterizada pela ausência do fortalecimento das comunidades ou pela ausência de sabedoria ecológica ou de ambas” (BOSSELMANN; ENGEL; TAYLOR, 2008, p.3).

Na última década, o conceito de governança corporativa evoluiu de forma a abranger o destaque cada vez maior que se tem dado para a responsabilidade social corporativa e a participação mais ativa dos shareholders e stakeholders no âmbito das decisões corporativas. Como resultado, as definições de governança corporativa variam amplamente (Claessens; Yurtoglu, 2012, p.3).

A governança corporativa pode ser definida como “o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas” (IBCG, 2015, p.20). Para o IBGC (2015, p. 20):

“As boas práticas de governança corporativa convertem princípios básicos em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum”.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2015) os princípios básicos da governança corporativa são: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

O aprimoramento da governança corporativa contribui para melhorar diferentes áreas das empresas, desde as atividades de planejamento, a definição da missão e dos valores da empresa, a elaboração de dos planos de negócios, planejamento estratégico e plano de investimentos; bem como as áreas de finanças, inovação, marketing e relacionamento com os clientes, os sistemas de custos e controles dos fluxos operacionais, a gestão da qualidade buscando maior eficiência ao longo de todos os processos e linhas de produção e a administração geral das empresas. Em última instância, a governança corporativa contribui para a maior competitividade empresarial e a competitividade sistêmica da economia (Siqueira, 2019, p. 248).

2.4. A indústria brasileira de papel e celulose

A sustentabilidade no setor de papel e celulose mundial tem sido tema de diversos estudos internacionais, uma vez que o setor apresenta uma participação considerável nos impactos ao meio ambiente. Segundo Corcelli et al. (2018) o setor de papel e celulose é o quarto maior setor industrial do mundo em termos de consumo de energia, com aproximadamente 6% do consumo total da indústria global e tem representa 2% nas emissões diretas de dióxido de carbono (CO₂) da indústria global.

Denomina-se de setor de celulose e papel o conjunto formado pelas seguintes indústrias: de celulose, de papéis e de artefatos de papéis. Essas três indústrias em conjunto e mais as florestas, a indústria de editoração e gráfica e ainda os segmentos distribuidores vinculados àquelas indústrias, constituem a cadeia produtiva da celulose e papel (Montebello e Bacha, 2011, p.47).

A indústria brasileira de celulose compõe-se das empresas que produzem celulose e pasta de alto rendimento. Essa polpa pode ser vendida nos mercados doméstico e externo (sendo chamada de celulose de mercado) ou ser usada na produção de papel pela própria empresa que a produz (neste caso, a polpa é chamada de celulose de integração). Já a indústria de papéis compreende as empresas produtoras de papéis assim classificadas: papéis de imprensa, de imprimir e escrever, de embalagem, sanitários, cartão e para outros fins. Esses papéis são vendidos tanto no mercado externo quanto no interno, sendo, neste caso, destinados à indústria de artefatos de papéis (nas quais se inserem os fabricantes de

embalagens de papéis e de outros artefatos de papéis) ou à indústria de editoração e gráfica. (Montebello e Bacha, 2011, p.47).

A indústria de papel e celulose caracteriza-se por ser altamente globalizada e por ter barreiras à entrada, entre as quais: (I) elevada necessidade de recursos financeiros, visto que algo entre R\$8 bilhões e R\$10 bilhões são necessários para construir uma unidade industrial, dada a escala mínima de eficiência produtiva (atualmente em R\$2 milhões t/ano); (II) longo prazo para maturação do investimento (no Brasil é necessário começar o plantio da base florestal sete anos antes do projeto industrial ter início, ao passo que, em países menos produtivos, esse prazo pode se estender a quase 40 anos); (III) necessidade de larga extensão de terras disponíveis para a formação da base florestal que abastece a indústria e para a área destinada à preservação permanente e reserva legal (Hora, 2017, p.81).

Segundo a Indústria Brasileira de Árvores (IBA, s.d.) a indústria de base florestal fechou 2019 com US\$ 10,3 bilhões de saldo na balança comercial, o segundo melhor resultado dos últimos 10 anos. As exportações somaram cerca de US\$ 11,3 bilhões, o equivalente a 4,3% das exportações brasileiras. O setor de árvores plantadas também é responsável por cerca de 3,75 milhões de empregos diretos, indiretos e resultantes do efeito-renda. Os projetos que visam aumento dos plantios, ampliação de fábricas e novas unidades são da ordem de R\$ 35,5 bilhões até 2023. A indústria de base vegetal foi responsável pela geração de R\$ 13 bilhões em tributos federais, estaduais e municipais: 0,9% da arrecadação nacional. Como pode ser visto na tabela 1 e tabela 2, a produção e exportação de celulose e papel no Brasil foi crescente na última década.

Tabela 1. Produção de celulose. Brasil, em mil toneladas.

Ano	Produção	Importação	Exportação
2010	14.164	412	8.375
2011	13.922	392	8.478
2012	13.977	411	8.513
2013	15.127	430	9.430
2014	16.465	416	10.614
2015	17.370	407	11.528
2016	18.773	357	12.901
2017	19.527	211	13.199
2018	21.085	180	14.722
2019	19.691	253	14.726

Fonte: Adaptado de IBÁ (s.d.)

Tabela 2. Produção de papel. Brasil, em mil toneladas.

Ano	Produção	Importação	Exportação
2010	9.978	1.502	2.074
2011	10.159	1.455	2.052
2012	10.260	1.396	1.875
2013	10.444	1.274	1.866
2014	10.397	1.262	1.846
2015	10.357	866	2.058
2016	10.335	688	2.103
2017	10.471	758	2.114
2018	10.433	715	2.017
2019	10.534	682	2.163

Fonte: Adaptado de IBÁ (s.d.)

3. Metodologia

A pesquisa é qualitativa. Segundo Gil (2019), a pesquisa qualitativa busca a explicação sistemática de fatos que ocorrem no contexto social, sendo que este geralmente encontra-se relacionado a uma multiplicidade de variáveis. Chizzotti (2018, p. 89) acrescenta que a finalidade precípua da pesquisa qualitativa “é intervir em uma situação insatisfatória, mudar condições percebidas como transformáveis”, o que condiz com o escopo deste trabalho.

Quanto aos objetivos, essa pesquisa consiste em um estudo do tipo exploratório e descritivo. A pesquisa exploratória é caracterizada pela existência de poucos dados disponíveis, em que se procura aprofundar e apurar ideias e construir hipóteses (VERGARA, 2013). Para Triviños (2015), esse modelo visa incrementar a experiência em relação a um determinado problema ainda pouco estudado ou conhecido.

De acordo com Severino (2007, p. 123) pesquisa descritiva é aquela que além de “registrar e analisar os fenômenos estudados busca identificar suas causas.” Para Gil (2019) a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características de determinado fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis e determinar a natureza dessa relação. Nesse sentido, pretenderam-se caracterizar as ações sustentáveis, das empresas líderes no setor de papel e celulose, as parcerias estabelecidas e os benefícios para a sociedade.

A pesquisa é bibliográfica e documental, pois a coleta de dados foi realizada a partir de informações públicas que estão disponíveis nos relatórios anuais de sustentabilidade, relatórios integrados, websites, bancos de dados e todas as demais fontes de informações públicas das maiores empresas do setor de papel e celulose do Brasil. Os relatórios de sustentabilidade objetivam reunir informações contábeis, financeiras e socioambientais das empresas, com o propósito de identificar os seus impactos sobre o meio ambiente, a economia e a sociedade civil.

A pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental são semelhantes e a “diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (Kuss et al, 2008, p.67).

O critério de seleção das empresas estudadas foi o posicionamento no ranking da receita líquida do setor de papel e celulose, em 2019, como publicado no ranking Valor (2020). Em decorrência disso, foram selecionadas as maiores empresas do setor de papel e celulose do Brasil em receita líquida: Suzano Papel e Celulose S/A; e, Klabin S/A. Este critério de seleção também foi utilizado por Min, Desmoulins-Lebeault e Esposito (2017), Demir e Min (2019), Silva Filho et al. (2020); Silva Filho et al. (2021), entre outros.

4. Resultados

4.1. Análise descritiva

A sustentabilidade corporativa diz respeito a um conjunto de ferramentas que auxiliam na gestão dos riscos econômicos, sociais e ambientais, como proposto, entre outros, por Zamcopé et al. (2012). Para tanto, as empresas recorrem a ferramentas de gestão como, relatório integrado, relatório GRI, web site corporativo, entre outras coisas. Face ao exposto, a preocupação inicial foi verificar a disposição das empresas estudadas para gerenciar os impactos sociais e ambientais resultantes das suas atividades.

Examinamos o website corporativo das maiores empresas do setor de papel e celulose do Brasil. Observamos que as empresas estão atentas à problemática da sustentabilidade. As empresas apresentam na página inicial do website corporativo link para página dedicada à

sustentabilidade. Além disso, temos link para o relatório de sustentabilidade, responsabilidade socioambiental, ODS, certificações, entre outras coisas. Entendemos que o website corporativo mostra o envolvimento das empresas com a sustentabilidade.

Em relação aos ODS's, estudamos os relatórios de sustentabilidade e os resultados indicam que as empresas líderes estão empenhadas em efetivá-los. Todos os ODS's receberam atenção das empresas, exceto o ODS 14 que trata da vida na água. Para avaliação dos ODS's analisados os relatórios de sustentabilidade de 2019 de cada uma das empresas e o Relatório de Green Bonds 2020 da empresa Klabin.

O quadro 1, foi elaborado com o objetivo de exemplificar quais ações sustentáveis as empresas Klabin, Suzano, Cenibra e Eldorado Brasil têm adotado para implementar os ODS. Para a elaboração deste quadro foram consultados os relatórios de sustentabilidade de 2019 de cada uma das empresas e o Relatório de Green Bonds 2020 da empresa Klabin. O quadro 2 reúne, para cada ODS, uma ação sustentável de destaque realizada por cada empresa. As ações de destaque foram selecionadas de forma a explicitar o comprometimento das empresas com cada ODS..

Importante destacar que as ferramentas de gestão da sustentabilidade nas empresas líderes do setor de papel e celulose apontam exemplos concretos da implementação de programas e projetos voltados à efetivação dos ODS's, relevando a atuação das empresas junto às partes interessadas.

Quadro 1. Ações Sustentáveis por ODS

ODS	Klabin	Suzano
1	Programa Matas Sociais	Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT)
2	Programa Matas Sociais	Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT)
3	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)	Programa Faz Bem
4	Programa Caiubi	Projeto Biblioteca Comunitária Ecofuturo
5	Comitê de Diversidade	Censo de Diversidade
6	Manejo Hidrossolidário	Estudo e Medições Periódicas de Bacias Hidrográficas
7	Tall Oil	Biopetróleo
8	Fornecedores Locais	Programa de Desenvolvimento e Qualificação de Fornecedores
9	Eukaliner	Eucafluff
10	Política de Diversidade e Promoção da Empregabilidade	Programa Extrativismo Sustentável
11	Projeto Klabin pelo Desenvolvimento Local	Programa Colmeias
12	Microplanejamento de Manejo	Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
13	Sistema para Tratamento de Gases não Condensáveis Diluídos (GNCD)	Conservação e Recuperação Ambiental
14		

15	Parque Ecológico	Programa Nascentes do Mucuri
16	Programa de Integridade Klabin	Direcionadores de Cultura
17	Associação de Produtores Paulistas de Florestas Plantadas	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb)

Fonte: Elaboração Própria

4.2. Análise dos Relatórios de Sustentabilidade

As firmas de papel e celulose possuem uma multiplicidade de programas e projetos com o propósito de contribuir para a efetivação dos ODS's previstos na Agenda 2030 das Nações Unidas.

O quadro 2 foi elaborado com o intuito de apresentar os ODS implementados dentro das 3 dimensões do Tripé da Sustentabilidade e da governança corporativa nas empresas do setor de papel e celulose do Brasil. Este quadro foi desenvolvido a partir dos relatórios de sustentabilidade de 2019 das empresas estudadas e do Relatório de Green Bonds 2020 da empresa Klabin. No quadro 2 relacionamos as dimensões da sustentabilidade com os ODS's que a empresas declaram efetivar com o propósito de satisfazer aquela dimensão.

Quadro 2. Os ODS no Setor de Papel e Celulose do Brasil

Dimensões da sustentabilidade	ODS	Ações
a) Econômica		
Produtos finais / Subprodutos do processamento da celulose	ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura. ODS12 - Consumo e Produção Responsáveis	Eukaliner Eucafluf Microplanejamento de Manejo Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
b) Ambiental		
Compromissos com a água	ODS 6 - Água Potável e Saneamento ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis ODS 13 - Ação contra a Mudança Global do Clima	Estudo e Medições Periódicas de Bacias Hidrográficas Manejo Hidrossolidário Microplanejamento de Manejo Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
Gestão de resíduos e efluentes	ODS 6 - Água Potável e Saneamento ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis	Estudo e Medições Periódicas de Bacias Hidrográficas Manejo Hidrossolidário Microplanejamento de Manejo Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Práticas florestais	ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis ODS 13 - Ação contra a Mudança Global do Clima ODS 15 - Vida Terrestre	Manejo Hidrossolidário Microplanejamento de Manejo Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Parque Ecológico Programa Nascentes do Mucuri
Integridade florestal	ODS 13 - Ação contra a Mudança Global do Clima ODS 15 - Vida Terrestre	Conservação e Recuperação Ambiental Sistema para Tratamento de Gases não Condensáveis Diluídos (GNCD) Parque Ecológico Programa Nascentes do Mucuri
Matriz energética	ODS 7 - Energia Limpa e Acessível ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura ODS 13 - Ação contra a Mudança Global do Clima	Biopetróleo Tall Oil Eukaliner Eucafluf
c) Social		
Comunidades locais	ODS 3 - Saúde e Bem-Estar ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) Programa Faz Bem Projeto Klabin pelo Desenvolvimento Local Programa Colmeias
Produtores locais	ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação	Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT) Programa Matas Sociais Projeto Klabin pelo Desenvolvimento Local Programa Colmeias Associação de Produtores Paulistas de Florestas Plantadas Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb)
Desenvolvimento humano	ODS 3 - Saúde e Bem-Estar ODS 4 - Educação de Qualidade ODS 5 - Igualdade de Gênero ODS 10 - Redução das Desigualdades	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) Programa Faz Bem Programa Caiubi Projeto Biblioteca Comunitária Ecofuturo Comitê de Diversidade Censo de Diversidade Política de Diversidade e

		Promoção da Empregabilidade Programa Extrativismo Sustentável
Doações e voluntariado	ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação	Associação de Produtores Paulistas de Florestas Plantadas Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb)
d) Governança		
Compliance	ODS 10 - Redução das Desigualdades ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação	Política de Diversidade e Promoção da Empregabilidade Programa Extrativismo Sustentável Microplanejamento de Manejo Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Programa de Integridade Klabin Direcionadores de Cultura Associação de Produtores Paulistas de Florestas Plantadas Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb)
Governança da sustentabilidade	ODS 10 - Redução das Desigualdades ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação	Política de Diversidade e Promoção da Empregabilidade Programa Extrativismo Sustentável Microplanejamento de Manejo Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Programa de Integridade Klabin Direcionadores de Cultura Associação de Produtores Paulistas de Florestas Plantadas Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb)
Gestão de riscos	ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico ODS 13 - Ação contra a Mudança Global do Clima ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação	Fornecedores Locais Programa de Desenvolvimento e Qualificação de Fornecedores Conservação e Recuperação Ambiental Sistema para Tratamento de Gases não Condensáveis Diluídos (GNCD) Programa de Integridade Klabin Direcionadores de Cultura Associação de Produtores Paulistas de Florestas Plantadas

		Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb)
--	--	---

Fonte: Elaboração Própria

4.2.1. Sustentabilidade Econômica

A inovação cumpre um papel fundamental dentro da dimensão econômica da sustentabilidade no setor de papel e celulose. Para Scordato et al. (2018) a necessidade de analisar políticas de inovação através dos instrumentos de política econômica ganhou maior importância, nos últimos tempos, em função da crescente complexidade e da extensa gama de dificuldades de direcionar os desafios sociais atuais, principalmente os impactos crescentes sobre os ecossistemas que sustentam a sociedade. Scordato et al. (2018) complementam que um dos principais desafios a cerca da transição para a bioeconomia é alcançar um entendimento mais profundo do papel dos instrumentos de política econômica para estimular a inovação no âmbito da sustentabilidade.

Face ao exposto, é compreensível a preocupação das empresas do setor de papel e celulose com os ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura- e ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis. Enfim, as empresas adequaram e adaptaram suas infraestruturas e apresentaram inovações com o propósito de tornar seus produtos finais e subprodutos mais sustentáveis. Ressalte-se também, que a sustentabilidade do processo produtivo, isto é, ao longo da cadeia de produção, esteve presente nas iniciativas sustentáveis das empresas estudadas.

4.2.2. Sustentabilidade Ambiental

Para Corcelli, Ripa e Ulgiati (2018) os maiores custos no processo de produção de papel, desde a atividade florestal, concentram-se nos processos industriais, em especial no processo de polpação, devido ao alto consumo de energia, água e produtos químicos.

A sustentabilidade ambiental no setor de papel e celulose apresenta-se como uma preocupação internacional. Na Indonésia, por exemplo, Susilawati e Kanowski (2020) afirmam que um conjunto de medidas regulatórias, como as certificações florestais sustentáveis, e diversos instrumentos de mercado foram introduzidos no país para promover a sustentabilidade da produção florestal. Susilawati e Kanowski (2020) acrescentam que apesar da adoção destes instrumentos, ainda há diversas lacunas na estrutura dos sistemas regulatórios e dos processos de auditoria e monitoramento das empresas do setor de papel e celulose da Indonésia.

Na Suécia, por exemplo, Scordato et al. (2018) apontam que a transição para a sustentabilidade no setor de papel e celulose é direcionada por políticas pautadas em uma forte regulamentação ambiental e na exigência de requisitos e condições adequadas para a obtenção de licenças empresariais no setor. Scordato et al. (2018) complementam que estas políticas cumprem um papel crucial para acelerar a transição para a sustentabilidade e reorientar empresas e agentes do setor de papel e celulose da Suécia no sentido de manter a sua competitividade e atender os desafios da sustentabilidade.

De acordo com Daya e Nourelfath (2019), as empresas do setor de papel e celulose canadenses têm considerado e investido no uso de biomassa e outras fontes de bioenergia para impulsionar a atividade do setor e manter sua competitividade. Para isso, Daya e Nourelfath (2019) complementam que a reestruturação do plano de negócio das empresas canadenses do setor que têm buscado a implementação e o maior uso da bioenergia é possível por meio de instrumentos sistemáticos e de decisão, como o modelo IFBR, do inglês (Integrated Forest Biorefinery), o qual possibilita uma diversificação do portfólio e gera novas

receitas, ao mesmo tempo em que contribui para a redução de emissões de gases poluentes e geração de energia verde e renovável.

Cientes do consumo elevado de água e energia, as firmas estudadas realizaram esforços com o propósito de implementar os ODS voltados à dimensão ambiental. É o caso do ODS 6 – Água Potável e Saneamento; ODS 7 – Energia Limpa e Acessível; ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis; ODS 13 – Ação contra a Mudança Global do Clima; ODS 15 – Vida Terrestre.

Portanto, as empresas adequaram e adaptaram suas instalações de saneamento e suas fontes de geração e reaproveitamento de energia. As empresas declararam práticas de combate às mudanças climáticas, bem como as práticas de cuidados com a vida terrestre. As empresas Klabin e Suzano realizaram adaptações e alterações consistentes nas suas infraestruturas ao longo do processo produtivo e apresentaram inovações para tornar suas práticas ambientais mais sustentáveis.

4.2.3. Sustentabilidade Social

As principais empresas do setor de papel e celulose adaptaram suas práticas sociais de forma a promover e incentivar produções agrícolas mais sustentáveis, a segurança alimentar e o combate à fome, bem como a educação de qualidade às comunidades onde atuam, e aos seus colaboradores. Decorre daí, a preocupação com o trabalho decente, que além do aspecto salarial envolve condições adequadas de salubridade. As empresas estudadas adaptaram suas práticas sociais para a redução das desigualdades e para assegurar a saúde e bem-estar dos seus colaboradores e das comunidades locais e igualdade de gênero.

Os ODS implementados na dimensão social da sustentabilidade foram: ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável; ODS 3 – Saúde e Bem-Estar; ODS 4 – Educação de Qualidade; ODS 5 – Igualdade de Gênero; ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico; ODS 10 – Redução das Desigualdades; ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis; ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação.

4.2.4. Governança Corporativa

De modo geral, houve esforços com o propósito de modernizar as práticas de governança corporativa de forma a tornar as estratégias de gestão mais sustentáveis. Tais práticas tiveram como objetivo guiar as empresas rumo à sustentabilidade unindo as suas 3 dimensões: econômica, ambiental e social.

As empresas buscaram adequar seus modelos de governança corporativa às novas exigências dos *stakeholders*, à legislação brasileira, aos controles internos e externos e aos princípios básicos da governança corporativa que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBCG, 2015), são: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Para tanto, implementaram projetos e programas voltados aos ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico; ODS 10 – Redução das Desigualdades; ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis; ODS 13 – Ação contra a Mudança Global do Clima; ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes; ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação.

Ressaltamos que as empresas estão trabalhando na implementação e adequação da sua gestão de riscos e estão criando órgãos com o propósito de alinhar a governança da sustentabilidade com a governança corporativa.

Conclusão

As empresas estudadas parecem comprometidas com iniciativas voltadas à efetivação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Dentre os 17 ODS's

somente o ODS 14 -Vida na Água- não mereceu atenção das maiores empresas do setor. Consultando o website corporativo, relatórios integrados, relatórios de sustentabilidade, verificamos que as empresas manifestam por diversas vezes a disposição em colaborar para um mundo mais sustentável.

Observamos também, que no setor de papel e celulose os ODS estão fortemente interligados. Por conseguinte, iniciativas para efetivação de algum ODS acabam por obrigar a que se dê atenção a outro ODS. Este grau elevado de interligação decorre das características específicas do setor e, mais especificamente, das empresas. Observamos que no setor de papel e celulose as empresas apresentam grau elevado de verticalização, o que implica em impacto elevado sobre o meio ambiente e a sociedade, exigindo destas empresas maior comprometimento com a sustentabilidade. Por consequência, sustentabilidade no setor exige práticas que assegurem a ecoeficiência, eficiência social, a justiça ambiental.

A ecoeficiência cumpre papel fundamental para que as empresas do setor de papel e celulose alcancem a sustentabilidade econômica e ambiental. É por meio da ecoeficiência e do investimento em capital humano que as empresas de papel e celulose podem alcançar maiores níveis de produtividade. O investimento em capital humano traz não somente resultados sociais, mas econômicos também, pois contribui para a inovação técnica e tecnológica dentro da dimensão econômica da sustentabilidade.

A governança corporativa, por fim, cumpre um papel fundamental dentro da sustentabilidade das empresas do setor de papel e celulose. Este sistema de direção organizacional trabalha no sentido de unir cada vez mais as três dimensões da sustentabilidade, fazendo da temática sustentabilidade elemento constitutivo da estratégia competitiva da empresa, contribuindo para alcançar a ecoeficiência, a justiça ambiental e a eficiência social, transformando a sustentabilidade em elemento relevante na cultura organizacional.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. Muito Além da Economia Verde. São Paulo: Editora Abril, 2012. 248 p.
- BARAIBAR-DIEZ, E.; SOTORRÍO, L. L. O Efeito Mediador da Transparência na Relação entre Responsabilidade Social Corporativa e Reputação Corporativa. Revista Brasileira de Gestão de Negócios (RBGN), São Paulo, v. 20, n. 1, p. 5-21, 2018. Trimestral.
- BOSSELMANN, KLAUS; ENGEL, RON; PRUE, TAYLOR. Governance for Sustainability: Issues, Challenges and Successes. Gland, Suíça: IUCN, 2008. Disponível em: <<https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/EPLP-070.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2021.
- CARROL, A. B.; HOY, F. (1984), Integrating Corporate Social Policy into Strategic Management, Journal of Business Strategy, Vol. 4 No. 3, pp. 48-57, 1984.
- CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2018.
- CLAESSENS, S.; YURTOGLU, B. Corporate Governance and Development - An Update. Washington, EUA, 2012.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Relatório Brundtland. Oslo, 1987. 374 p.
- CORCELLI, F.; FIORENTINO, G.; VEHMAS, J.; ULGIATI, S. Energy efficiency and environmental assessment of papermaking from chemical pulp – A Finland case study. Journal of Cleaner Production. [S.l.], 2018, p. 96-111.
- CORCELLI, F.; RIPA, M.; ULGIATI, S. Efficiency and sustainability indicators for papermaking from virgin pulp – An emergy-based case study. Resources, Conservation & Recycling [S.l.], 2018, p.313-328.

DAYA, Ben; NOURELFALTH, Mustapha. Sustainability assessment of integrated forest biorefinery implemented in Canadian pulp and paper mills. [S.l.], 2019, p.248-265.

De MENDOÇA, T.; ZHOU, Y. When companies improve the sustainability of the natural environment: A Study of the large U.S. companies. *Business Strategy and the Environment*, [S.l.], 2020, p. 801-811.

DEMIR, M., MIN, M. (2019) Consistencies and discrepancies in corporate social responsibility reporting in the pharmaceutical industry. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*. Vol. 10, No. 2, pp. 333-364.

DIAS, L. S.; MARQUES, M. D. Organizações e Sustentabilidade: Aproximações, Cooperação e Distanciamentos. *Revista Gestão Organizacional*, Recife, v. 15, n. 1, p. 73-85, nov. 2017. Semestral.

ELKINGTON, J. Triple bottom line revolution: reporting for the third millennium. *Australian CPA*, v. 69, p. 75, 1994.

ELKINGTON, JOHN. *Cannibals with Forks*. 1.ed. Oxford, Reino Unido: Capstone, 1997.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo, Atlas, 2019.

INDÚSTRIA BRASILEIRA DA ÁRVORE. Disponível em: <https://iba.org/> Acesso em 29 set 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. 5.ed. São Paulo: IBGC, 2015. Disponível em: <<https://conhecimento.ibgc.org.br/Lists/Publicacoes/Attachments/21138/Publicacao-IBGCCodigo-CodigodasMelhoresPraticasdeGC-5aEdicao.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

KLABIN. Relatório de Green Bonds 2020: Divulgação do Uso de Recursos. [S.l.], 2020. Disponível em: <<https://klabin.com.br/relatorio-klabin-greenbond-pt.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

KLABIN. Relatório de Sustentabilidade 2019. [S.l.], 2020. Disponível em: <<https://rs2019.klabin.com.br/>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

KUSS, A. V.; CARLAN, F. A.; BEHLING, G. M.; GIL, R. L. Possibilidades Metodológicas para a Pesquisa em Educação Ambiental. Pelotas, RS: Editora Santa Cruz, 2015.

MIN, M., DESMOULINS-LEBEAULT, F., ESPOSITO, M. (2017) Should pharmaceutical companies engage in corporate social responsibility? *Journal of Management Development*, Vol. 36 No. 1, pp. 58-70.

MONTEBELLO, A. E. S.; BACHA, C. J. C.; O Setor de Celulose e Papel na Economia Brasileira. *O Papel*, v.72, num.4, p.47-50, abr. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> Acesso em 14 de novembro de 2020.

PĂTĂRI et al. Global sustainability megaforges in shaping the future of the European pulp and paper industry towards a bioeconomy. *Forest Policy and Economics*, [S.l.], 2016, p.38-46.

PAZ, F. J.; KIPPER, L. M. Sustentabilidade nas organizações: vantagens e desafios. *Gestão da Produção, Operações e Sistemas (GERPROS)*, Bauru, Ano 11, nº 2, abr-jun. 2016, p. 85-102.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). The 2030 Agenda for Sustainable Development. United Nations, 2015. 41 p.

SAVITZ, A. W.; WEBER, K. A empresa sustentável: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SCHALTEGGER, S.; BURRITT, R. Corporate Sustainability. Massachusetts, USA: The International Yearbook of Environmental and Resource Economics 2005/2006, 2005, p. 185-222.

SCHARF, R. Manual de negócios sustentáveis. São Paulo: Amigos da Terra; FGV; GVces, 2004.

SCORDATO, L.; KLITKOU, A.; TARTIU, V. E.; COENEN, L. Policy mixes for the sustainability transition of the pulp and paper industry in Sweden. *Journal of Cleaner Production*. [S.l.], 2018, p. 1216-1227.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 23. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007. 304 p.

SILVA FILHO, C. F.; DE BENEDICTO, S. C.; SUGAHARA, C. R.; SILVA, L. H. V.; VIOTTI, R. M.; CONTI, D. M. Análise das Ações de Responsabilidade Social nos Setores Metalúrgico e de Mineração no Brasil. *Revista Administração em Diálogo - RAD*, v.23, p.27 - 41, 2021.

SILVA FILHO, C. F.; CAMARGO FRANCISCO. B. S.; DE BENEDICTO, S. C.; SUGAHARA, C. R.; VIEIRA, L. H. (2020) Social Responsibility in the Food and Beverage Industry in Brazil. *Internacional Journal for Innovation Education and Research*, v. 8, n. 7, pp. 263-278, 2020.

SUSILAWATI, D.; KANOWSKI, P. Cleaner production in the Indonesian pulp and paper sector: Improving sustainability and legality compliance in the value chain. *Journal of Cleaner Production*. [S.l.], 2020.

SUZANO, Relatório 2019. [S.l.], 2020. Disponível em: <<https://storage.googleapis.com/stateless-site-suzano-com-br/2020/05/1bd20714-rasuzano2019.pdf>>. Acesso em: 27 de ago. 2021.

TRIVINOS, A. N. S. Introdução à pesquisa de ciências sociais. 1. ed., 18 reimp. São Paulo: Atlas, 2015.

TURCSANYI, J.; SISAVE, S. Corporate social responsibility and its link to financial performance: Application to Johnson & Johnson, a pharmaceutical company, *World Journal of Science, Technology and Sustainable Development*, Vol. 10 No. 1, pp. 4-18, 2013.

VALOR ECONÔMICO. Ranking 1000 maiores. 2020. Disponível em: https://especial.valor.com.br/valor1000/2020/ranking1000maiores/Papel_e_Celulose?orderby=receita_desc 2020. Acesso em: 26 de junho de 2021.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT. Eco-efficiency Learning Module – 2006. [S.l.], 2006, 231 p.

ZAMCOPÉ, F.; ENSSLIN, L.; ENSSLIN, S. Desenvolvimento de um modelo para avaliar a sustentabilidade corporativa. *Produção*, v. 19, n. 2, p. 477-489, 2012.